COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 2.067, DE 2011

Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.

Autor: SENADO FEDERAL - SÉRGIO

ZAMBIASI

Relator: Deputado BRUNO FARIAS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que massa falida ou entidade sindical competente possam emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) — visando à solicitação de aposentadoria especial — nos casos de falência do empregador sem que o PPP tivesse sido elaborado. Justifica o autor que a legislação atual é omissa com relação ao caso descrito e sua iniciativa visa a proteger o trabalhador afetado.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico; Trabalho; Saúde e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

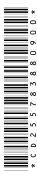
Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, em 15/5/2012, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação, com substitutivo e, em 31/10/2012, aprovado por unanimidade o parecer.

Na Comissão de Trabalho, em 2/7/2015, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB), pela aprovação deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, em 14/10/2015, aprovado por unanimidade o parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto ao mérito da saúde pública e individual, nos termos regimentais.

A propositura em tela altera a lei da Previdência Social para permitir que massa falida ou entidade sindical competente possam emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) – visando à solicitação de aposentadoria especial – nos casos de falência do empregador sem que o PPP tivesse sido elaborado. Seu autor, o nobre Senador Sérgio Zambiasi, justifica que a legislação atual é omissa com relação ao caso descrito e sua iniciativa visa a proteger o trabalhador afetado.

Temos, portanto, que o projeto de lei pretende proteger o trabalhador exposto a riscos ocupacionais cuja empresa tenha falido sem ter cumprido a obrigação legal de elaboração do PPP. Lembramos que o PPP é necessário para que o trabalhador comprove a exposição aos agentes nocivos no caso de solicitação de aposentadoria especial.

Ora, o direito do trabalhador exposto a riscos de natureza ocupacional aposentar-se com menor tempo de trabalho visa a proteger sua saúde, e a proposição traz medida que pode assegurar-lhe tal direito. Mostra-se, portanto, meritória e deve ser por nós acolhida.

Finalmente, a alteração do texto proposta pelas comissões que nos antecederam também se mostra adequada, vez que conforma a redação da nova lei ao texto constitucional, como esclarecido pelo relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.067, de 2011, quanto ao mérito, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BRUNO FARIAS - AVANTE/MG

Relator



